

Na encruzilhada dos discursos arriei meu ebó de palavras: uma leitura de *O que é lugar de fala?*, de Djamila Ribeiro e *O que é interseccionalidade?*, de Carla Akotirene

Daniel dos Santos¹

Resumo: O principal objetivo deste ensaio é construir um panorama do pensamento de Djamila Ribeiro e Carla Akotirene, intelectuais do Feminismo Negro Brasileiro na atualidade, a partir da análise de *O Que é Lugar de Fala?* e *O Que é Interseccionalidade?*, livros integrantes da coleção *Feminismos Plurais*. Pretende-se desenvolver um exercício de leitura e reflexão crítica acerca das obras com o intuito de identificar possíveis aplicabilidades dos conceitos abordados pelas autoras, bem como outros instrumentos e ferramentas eficazes para as práticas científicas, pedagógicas e, sobretudo, políticas. Este ensaio é um dos resultados das articulações entre o pensamento feminista negro e o projeto de tese de Doutorado *#TheGangstaProjectII*, que desenvolve a construção de um novo arcabouço teórico-metodológico para problematizar as masculinidades negras na cultura Hip Hop dos Estados Unidos, através das contribuições das epistemologias desenvolvidas por mulheres negras.

Palavras-chave: Feminismo Negro Brasileiro; lugar de fala; interseccionalidade

Abstract: The main objective of this essay is to construct an overview of the thinking of Djamila Ribeiro and Carla Akotirene, intellectuals of Brazilian Black Feminism today, from the analysis of *What is a Place of Speech?* and *What is Intersectionality?*, books that are part of the *Plural Feminisms* collection. It is intended to develop an exercise of reading and critical reflection about the works, in order to identify possible applicability of the concepts addressed by the authors, as well as other instruments and effective tools for scientific, pedagogical and, above all, political practices. This essay is one of the results of the articulations between black feminist thought and the Doctoral thesis project *#TheGangstaProjectII*, which develops the construction of a new theoretical and methodological framework to problematize black masculinities in the Hip Hop culture of the United States, through contributions of the epistemologies developed by black women.

Key Words: Brazilian Black Feminism; place of speech; intersectionality

¹ Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Membro Fundador e Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade do Estado da Bahia (AfroUneb/UNEB). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). E-mail: imperadormacu@gmail.com.

Introdução:

Meu primeiro contato com Djamila Ribeiro aconteceu de maneira aleatória na *Internet*, através de um vídeo² no *YouTube* no qual ela discute questões sobre Feminismo Negro e Filosofia. Estava iniciando o curso de Mestrado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a investigação de meus referenciais teóricos para o *#TheGangstaProject*³, meu projeto de pesquisa científica sobre as masculinidades negras na cultura Hip Hop nos Estados Unidos, que continuo atualmente no Doutorado. Homens negros e suas construções de masculinidades, como já tenho discutido há algum tempo⁴, não é um problema da teoria feminista hegemônica/*mainstream* e mulheres brancas não possuem respostas eficazes para nossas urgências políticas, fato que incitou uma necessidade quase que inevitável de diálogo enfático com um pensamento feminista de perspectiva afrocêntrica. Foi a partir de uma imersão na produção intelectual de mulheres negras que me deparei com o pensamento de Djamila Ribeiro e, desde então, acompanho sua trajetória intelectual. Enquanto realizava uma leitura mais atenciosa de sua obra de estreia, *O Que é Lugar de Fala?*, para a escrita deste texto, circulava pelas redes sociais a notícia de seu título de *Personalidade do Amanhã*, outorgado pelo Governo da França, consequência de sua projeção e impacto na intelectualidade brasileira. Meu primeiro encontro presencial com Djamila foi proporcionado pelo projeto *Opará Saberes*, desenvolvido e coordenado por Carla Akotirene, uma das intelectuais mais promissoras de nosso tempo. Mesmo focado no objetivo de instrumentalizar e qualificar teórico-metodologicamente mulheres negras candidatas para os programas de Mestrado e Doutorado das universidades públicas, o *Opará Saberes*⁵ tornou-se muito mais que um projeto de extensão universitária: compreende um forte aparelho político do Feminismo Negro na Bahia, o território mais negro fora do continente africano. Lembro-me da noite inspiradora e do auditório da

² Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXbdH2Q>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

³ A primeira fase do *#TheGangstaProject*, desenvolvida no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (Pós-Cultura/UFBA) e no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS) da mesma instituição, engendrou a dissertação de Mestrado “Como Fabricar um *Gangsta*: Masculinidades Negras nos Videoclipes dos *Rappers* Jay-Z e 50 Cent” publicada no ano de 2019 pela Editora Devires.

⁴ Ver: SANTOS, Daniel dos. “Problemas de Gênero dos Homens Negros: Masculinidades Negras Através das Perspectivas do Pensamento Feminista Negro e Decolonial”. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/773>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

⁵ Até o tempo presente, foram realizadas apenas duas edições dos ciclos formativos do projeto *Opará Saberes*. Apesar de possuir um forte compromisso político de estimular o acesso de mulheres negras pesquisadoras aos programas de pós-graduação de universidades públicas brasileiras, o projeto de extensão é voltado ao público em geral, sendo as discussões relacionadas às áreas de estudo e pesquisa sobre raça, gênero e sexualidade prioritárias em seu conceito e estrutura. Dentre as atividades promovidas, destacam-se conferências com pessoas docentes universitárias e especialistas, minicursos de leitura e interpretação instrumental em línguas estrangeiras, bem como assessoria gratuita para orientação de projetos de pesquisa para as seleções de Mestrado e Doutorado.

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia completamente lotado para a conferência de abertura, que se tornou uma grande celebração ao legado intelectual das mulheres negras que nos conduziram até aqui e nos puseram nos lugares em que hoje nos encontramos. Akotirene, além de ser Mestra e doutoranda do mesmo programa que também integro como discente, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), descende de uma linhagem de rainhas negras que se expressa não somente em seu nome, mas também na altivez de uma mulher filha de Oxum, *yalodê* proprietária de um pensamento profundo como um rio caudaloso e torrencial, no qual deixo-me conduzir e transbordar em seu fluxo que é o livro *O Que é Interseccionalidade?* Atualmente é quase impossível falar em Feminismo Negro no Brasil sem citar e referenciar Djamila e Akotirene, sendo uma das suas maiores contribuições políticas a popularização da produção de intelectuais negras brasileiras e estrangeiras nas redes sociais virtuais⁶, o principal campo de batalha das militantes e ativistas negras na guerra contra o heterocispatriarcado de supremacia branca em tempos digitais.

Durante a minha graduação em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), as discussões sobre Feminismo Negro eram praticamente inexistentes. Questões de gênero e sexualidade sempre foram pautas negligenciadas nas universidades e nos movimentos de ativismo e militância social, principalmente o qual eu integro, que é o Movimento Negro. O discurso exaustivo e unilateral do caráter estrutural da raça enquanto matriz fundamental das desigualdades no Brasil sempre turvou a visão sofisticada das mulheres negras sobre os fenômenos de subordinação e opressão presentes em nossa fantasmagórica história de colonialismo e escravidão. Mulheres negras sempre sofreram com a interrupção e silenciamento de seus discursos e, esse fato se torna mais evidente e explícito atualmente com a emergência meteórica do Feminismo Negro, que se anuncia como uma grande novidade para a branquitude. Felizmente, a produção acadêmica de mulheres negras aumenta vertiginosamente nos repositórios institucionais das universidades, fenômeno desencadeado principalmente pelo sucesso da implementação do sistema de cotas raciais, sendo gradativamente incorporadas nas bibliografias de ementas de componentes curriculares, referenciadas nas pesquisas científicas e a caracterizar um vetor lucrativo do mercado editorial brasileiro, que começou (enfim) a investir, mesmo que ainda de maneira insuficiente, na publicação e tradução de obras de mulheres negras. *O Que é Lugar de Fala?* e *O Que é Interseccionalidade?* são obras que marcam significativamente esse momento e anunciam tempos de empoderamento discursivo para as mulheres negras.

⁶ É válido ressaltar que a difusão virtual da produção intelectual produzida por mulheres negras no Brasil antecede o fenômeno das redes sociais na *Internet*, sendo o portal do Geledés – Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988 – um dos maiores pioneiros nesse aspecto da história política dos movimentos de mulheres negras no Brasil. Ver: <<https://www.geledes.org.br/>>.

Djamila Ribeiro é uma mulher negra em um mundo de homens brancos, que é a Filosofia. Quem já teve a oportunidade de assistir alguma de suas palestras e conferências hiper disputadas sabe do grande desafio da trajetória acadêmica de Djamila em construir uma crítica sistemática ao pensamento feminista hegemônico a partir do pensamento de mulheres negras em uma área de atuação científica que rejeita veementemente ambas perspectivas epistemológicas. Mesmo rotulada como mais uma ativista e militante feminista negra e alvo de inúmeras críticas à sua postura e posicionamentos políticos nas plataformas midiáticas, Djamila Ribeiro é Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e carrega um título considerado atípico para ser relacionado à uma mulher negra em nosso país. Sua forte atuação nas redes sociais influenciou a produção das suas duas primeiras obras, *O Que é Lugar de Fala?*, publicado em sua primeira edição em parceria entre a editora Letramento e Justificando e *Quem Tem Medo do Feminismo Negro?*, pela Companhia das Letras, sempre esgotados nas livrarias e presentes nas listas dos livros mais vendidos no Brasil. Sua dissertação de Mestrado sobre a obra de Simone de Beauvoir ainda se encontra inédita e precisa também ser publicada para uma melhor difusão de suas contribuições, principalmente para uma área de atuação científica ainda extremamente carregada de tradicionalismos científicos.

Carla Akotirene, mesmo tendo um forte poder de influência no pensamento feminista negro brasileiro, impressionantemente ainda não alcançou a mesma projeção que Djamila Ribeiro possui. Sabemos muito bem que a produção intelectual possui um impulso maior quando as regiões Sudeste e Sul são o trampolim. A intenção aqui não é estabelecer rivalidades ou comparações desnecessárias, mas sim ressaltar o fato da existência de uma geopolítica da produção científica enquanto marcador decisivo na difusão e propagação de uma obra intelectual. Carla Akotirene deveria estar também com uma agenda amplamente concorrida, em maior evidência nas plataformas midiáticas, sendo melhor reconhecida e premiada no Brasil e outros países por seu trabalho intelectual promissor, porém os holofotes raramente são apontados para o Norte e Nordeste. Apesar de o reconhecimento nacional e internacional ainda se encontrar em processo gradativo, Akotirene reina plena entre as suas e os seus, permanece uma intelectual acessível nas redes sociais e atua no município da cidade de Salvador – Bahia, exercendo seu ofício de assistente social ao acolher e atender mulheres em situação de violência doméstica. Os seus estudos e pesquisas estão concentrados nas questões de racismo e sexismos institucionais nas penitenciárias femininas – a exemplo da sua mais recente obra *Ó Pa Í, Prezada! – Racismo e Sexismo Institucionais Tomando Bonde nas Penitenciárias Femininas*, publicada pela Editora Jandaíra – deveriam ser utilizados como subsídios e parâmetros para produção de políticas públicas estatais, principalmente para as mulheres em situação e contexto de cárcere.

A estratégia política adotada pela coleção *Feminismos Plurais*⁷ coordenada por Djamila Ribeiro funciona também como uma estratégia mercadológica e é bastante interessante: com os objetivos de popularizar a produção intelectual de diversas vertentes do Feminismo, utilizando uma linguagem didática e acessível (pois sabemos muito bem como a linguagem é um instrumento de imposição e manutenção do poder hegemônico); discutir projetos políticos feministas, desconstruindo estereótipos sobre as práticas de ativismo, militância e intelectualidade de mulheres negras (como o discurso falacioso de fragmentação e desestabilização dos movimentos sociais e a hierarquização das opressões); bem como disseminar as produções intelectuais e perspectivas políticas das mulheres negras e latinas sobre questões políticas relevantes e urgentes, rejeitando o estabelecimento impositivo de uma nova epistemologia da verdade, a coleção *Feminismos Plurais* criou um formato de publicação singular, com forte difusão entre as mulheres, seu principal público consumidor.

O formato físico da publicação não é inédito, pois segue muito o formato da antiga coleção *Primeiros Passos* da Editora Brasiliense, composto por uma série de micro livros publicados desde a década de 1970 sobre assuntos diversos, muito utilizados como obras introdutórias nas universidades. Porém, é um formato que se relaciona diretamente aos anseios de intelectuais feministas como Gloria Anzaldúa (2000) e bell hooks (1995): os livros da coleção *Feminismos Plurais* podem ser lidos por qualquer mulher, principalmente aquelas que não possuem um largo tempo disponível para o exercício do pensamento e da reflexão, pois o estigma do trabalho abnegado torna a leitura uma espécie de luxo ou algo supérfluo para essas mulheres. Imaginei várias vezes mulheres lendo os livros da coleção indo para o trabalho no ônibus, amamentando uma criança ou até mesmo no banheiro. Afinal, como mesmo provoca Anzaldúa (2000), é necessário ler e escrever a qualquer custo, pois estes são atos políticos. Além disso, o preço do exemplar é acessível para as mulheres de baixo poder aquisitivo: em média o livro é comercializado no máximo por R\$20. Nós, pessoas subalternizadas, estamos cientes sobre o quanto livros são objetos de *status* e poder em nosso país, e a coleção *Feminismos Plurais* cumpre com o princípio político de democratização do conhecimento, que se caracteriza na capacidade eficaz de didatismo, adaptação da linguagem acadêmica e tradução de conceitos complexos para o público leitor em geral.

Cartografia Polifônica

A epígrafe do livro *O Que é Lugar de Fala?* é uma citação certa da intelectual e ativista negra Lélia Gonzalez, ícone emblemático do Feminismo Negro no Brasil. O ato de enunciação do sujeito subalternizado através do discurso implica um exercício perigoso e arriscado, que desestabiliza o *status quo* das hierarquias de poder e dos

⁷ Atualmente, a coleção *Feminismos Plurais* foi reeditada e relançada pela Editora Jandaíra. Este texto analisa e discute a primeira edição das obras das autoras, editadas e publicadas pela editora Letramento e Justificando.

campos de forças, nos quais os marcadores das diferenças socioculturais se confrontam. Quando o sujeito subalterno constrói a consciência e o reconhecimento de seu lugar específico de enunciação discursiva, isso se torna uma potente arma política de contravenção e subversão do poder, uma espécie de dispositivo contra hegemônico. O arquétipo psicanalítico do infante, frequentemente utilizado pelo discurso iconográfico racista (a exemplo do estereótipo racial estadunidense *sambo*⁸), é evocado por Lélia para caracterizar o *status* de impotência e dependência discursiva do subalternizado em relação ao subalternizador, que usurpa e silencia o primeiro enquanto estratégia de prática e manutenção de seu poder. O sujeito subalternizado é caracterizado pela metáfora do lixo, símbolo da exclusão e abjeção social. Quando o lixo reconhece a potência implícita de sua imundície, isso se torna uma grande ameaça ao higiênico e desodorizado. O discurso do subalternizado infecta o poder hegemônico. Steve Biko (1990) já nos alertava sobre a necessidade de nós, pessoas negras, dominarmos plenamente a linguagem do colonizador para poder utilizá-la em estratégias de contra-ataque, sendo a violência a linguagem do colonizador, como argumentava Frantz Fanon (1968). *O Que é Lugar de Fala?* é uma obra que possui um grande legado herdado de epistemologias principalmente construídas por mulheres negras, oferecidas para nós como armas de combate para a guerra dos discursos.

“Um Pouco de História” é a primeira seção do livro que se dedica a construir uma breve genealogia das contribuições intelectuais de mulheres negras para as epistemologias feministas. Djamila promove para o público leitor um contato de primeiro grau com uma série de teóricas negras brasileiras e estrangeiras, possibilitando o acesso a textos e obras, como a aclamada *Memórias da Plantação*, da intelectual e artista multidisciplinar Grada Kilomba (2019). As longas citações diretas às obras incitam, simultaneamente, o acesso posterior às referências bibliográficas utilizadas para a arquitetura do texto, como também funcionam como um GPS para quem nunca transitou nas territorialidades do pensamento feminista negro. Nesta seção é problematizada a questão da universalidade da categoria mulher enquanto categoria analítica e de significação das relações de poder e o caráter reducionista e localizado do discurso feminista hegemônico sufragista estadunidense, que emergiu no século XIX, desafiados e desestabilizados pelo pensamento de Sojourner Truth, um dos ícones pioneiros e referenciais fundadores do Feminismo Negro. Como argumenta Djamila Ribeiro:

(...) [O pensamento de Sojourner Truth] aponta para uma possível cegueira [das mulheres brancas] em relação às mulheres negras no que diz respeito à perpetuação do racismo e como, naquele momento, esse fato não era considerado relevante como pauta feminista por elas. Interessava, ali, a conquista de direitos para um grupo específico de

⁸ Sobre o estereótipo racial *sambo* e o regime iconográfico de representação racial ver: DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 e SANTOS, Daniel dos. **Como Fabricar um Gangsta: Masculinidades Negras nos Videoclipes de Jay-Z e 50 Cent**. Salvador: Devires, 2019.

mulheres, o que se perpetuou, durante muito tempo, mesmo quando mulheres negras começaram a escrever sobre a invisibilidade negra como categoria política e a denunciar esse apagamento. O que a voz de Sojourner traz, além de inquietações e a necessidade de existir, é evidenciar que as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo. A questão a ser formulada é: por que demoraram tanto para serem ouvidas? (RIBEIRO, 2017, p. 24).

A proposição do conceito de lugar de fala oferece mais uma ferramenta teórica para a análise das dinâmicas de manutenção de privilégios sociais pelos sujeitos e como os mesmos implicam na posse do poder de formulação e enunciação discursiva. Além disso, como salienta o pensamento de Lélia Gonzalez (1984), os paradigmas científicos eurocêntricos e ocidentais estabelecidos pela Modernidade europeia determinam os parâmetros epistêmicos que devem ser reconhecidos e legitimados, sendo estes arduamente criticados pela teoria feminista hegemônica/*mainstream*, porém reificados pelas mulheres brancas a partir da ausência do reconhecimento das contribuições epistêmicas e políticas das mulheres negras. O legado intelectual de Lélia Gonzalez, além de incitar a necessidade de compartilhamento coletivo das trajetórias e experiências de lutas e resistências das mulheres através de um feminismo intitulado como afrolatinoamericano, é um grande enfrentamento dos paradigmas intelectuais e científicos composto por práticas de desobediência e subversão das normas gramaticais e linguísticas, propostas de novas formas de escrita e linguagem (como a valorização das influências linguísticas africanas na língua portuguesa que Lélia identificava como *pretuguês*), descolonização do conhecimento hegemônico, refutação e desestabilização dos paradigmas epistemológicos dominantes da ciência (a exemplo do eurocentrismo, ocidentalismo, objetividade e neutralidade).

Ainda nessa primeira seção da obra, Djamila evidencia a potência de desestabilização e transcendência da autorização discursiva branca, masculina, cisgênera e heteronormativa que a intelectualidade feminista negra possui. A epistemologia e a intelectualidade hegemônica possuem um caráter identitário forte e reificado historicamente, camuflado pelos paradigmas de isenção e imparcialidade científica. O pensamento feminista negro propõe que as identidades em seu caráter múltiplo e plural devem ser aplicadas enquanto novos paradigmas epistêmicos, pois os saberes e conhecimentos são produzidos de maneira localizada e situada. O colonialismo tem amplos poderes de deslegitimação das identidades, dinâmica que gera efeitos de hierarquização entre os sujeitos e seus respectivos saberes e conhecimentos. Como critica Djamila Ribeiro (2017), é caracterizada como identitária toda episteme transgressora, que não possui suas práticas científicas desenvolvidas nos parâmetros normatizados e que denuncia o cinismo e a hipocrisia do caráter identitário das epistemes hegemônicas.

Na seção “Mulher Negra, O Outro do Outro”, Djamila Ribeiro problematiza o *status* da mulher negra nas relações de poder e como o mesmo interfere decisivamente

na produção científica de epistemologias. O processo de outrificação das mulheres pelos homens, tensionado pelo pensamento da filósofa Simone de Beauvoir, é exposto enquanto uma dinâmica de subordinação na qual a categoria de mulher eurocêntrica e branca é centralizada, tornando-se insuficiente para a análise e compreensão da situação de vulnerabilidade específica na qual as mulheres negras se encontram no campo de forças. A mulher compreendida no pensamento de Beauvoir é lançada em uma espécie de paradoxo de subordinação, no qual o processo de outrificação é agenciado pelos homens através da categoria de diferenciação gênero. Mulheres são classificadas como o oposto absoluto dos homens, caracterizando o gênero enquanto um dispositivo relacional que só funciona na alteridade.

O *status* da mulher negra complexifica e redimensiona esse paradoxo, a partir do fato de o mesmo provocar efeitos de outrificação específicos com a inserção da categoria raça enquanto categoria fundante das sociedades coloniais. A categoria raça neutraliza a categoria mulher, gerando um processo de subordinação duplo. Recorrendo ao pensamento de Grada Kilomba (2019), Djamila Ribeiro caracteriza o *status* da mulher negra enquanto a antítese simultânea da branquitude e da masculinidade, localizando-o em um lugar interdito no qual a mulher negra só pode ser compreendida enquanto “o outro do outro”. Lembrando a tese de Sueli Carneiro (2003), a mulher negra é construída pelas dinâmicas de outrificação como um não-ser para fundamentar o ser, que é o homem branco. Compreender esse fenômeno é entender como ocorrem as dinâmicas de subordinação e de que modo estão configuradas as estruturas das hierarquias de poder nas quais estão imersos os diversos sujeitos, além de corroborar para a elaboração mais ética, justa e eficaz de políticas públicas para eliminação das desigualdades sociais. Talvez essa seja a discussão mais complexa da obra, apesar de toda flexão metodológica de Djamila para tornar conceitos filosóficos do projeto existencialista de Simone de Beauvoir menos densos, sem perder sua sofisticação.

Um dos principais aspectos de relevância da obra de Djamila Ribeiro é o enfrentamento ao epistemicídio que nós, pessoas intelectuais marginalizadas e subalternizadas, sofremos. Discutir e configurar um possível conceito de lugar de fala é um exercício de afronta ao processo sistemático de, no caso de nós pessoas negras, racismo institucional que tenta asfixiar nossas bocas, paralisar nossos punhos e enlouquecer nossas *psiques* traumatizadas historicamente com o intuito de deslegitimar e inferiorizar nossas produções intelectuais produzidas dentro das universidades. O fenômeno da implementação das políticas afirmativas étnico-raciais a partir do sistema de cotas, que hoje começa a se expandir para os programas de pós-graduação (inclusive sou a primeira geração de discentes cotistas na pós-graduação da Universidade Federal da Bahia), incitou a reapropriação e ocupação dos lugares de enunciação discursiva e produção científica monopolizados pela branquitude, formando academicamente verdadeiros monstros que aterrorizam os paradigmas científicos hegemônicos. Gerações inteiras de pessoas negras pesquisadoras e intelectuais, das quais Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e eu fazemos parte, estão subvertendo e transgredindo as normatividades científicas causando um impacto significativo a partir do enfrentamento do regime de

autoritarismo discursivo. A indisciplina e insubmissão de nós, pessoas intelectuais marginalizadas e subalternizadas, como nós, tem provocado a cólera da hegemonia intelectual desse país.

Críticas que emergem em relação aos nossos saberes e práticas científicas, como a denunciada por Patricia Hill Collins (2016), nas quais nossos pontos de vista particulares sobre as desigualdades socioculturais e as complexidades das relações de poder são interpretados como simples e artificiais discursos identitários e individualizados, são sintomas do incômodo e rejeição da hegemonia intelectual que vê seus formosos templos brancos do conhecimento serem incendiados. É necessária uma cartografia da geopolítica do conhecimento em micro e macro escalas para a compreensão de que há sim uma ordem discursiva estabelecida, nas quais ocupamos lugares de enunciação distintos, ambíguos e singulares. Traçar uma cartografia dos lugares de fala compreende uma sofisticação epistemológica que deve atender não somente a simples necessidades teórico-metodológicas (como uma determinada branquitude intelectual cínica vem se apropriando em suas produções científicas), mas também compreender que nossa intelectualidade possui uma determinada organicidade tática e implicações políticas decisivas para a transformação e emancipação do nosso povo.

O poder de enunciação discursiva do sujeito subalternizado é colocado em xeque por Djamila Ribeiro em uma argumentação baseada na articulação teórica entre Spivak (2010), Collins (2016) e Kilomba (2019), sendo a primeira a mais conhecida entre pessoas estudiosas e pesquisadoras da subalternidade. O pensamento de Spivak compreende o silenciamento e a negação sistemática do direito à emissão discursiva como fatores desencadeados pela desumanização do sujeito subalternizado, colocando este em um estado de mudez estática e inevitável, reificando indiretamente o poder discursivo hegemônico, privilégio branco e masculino. O exercício do rompimento do silêncio, não proposto pelo pensamento de Spivak, mas levantado como urgência por Collins e Kilomba, é a estratégia que deve ser performatizada politicamente como uma modalidade de contra-poder. Se torna então necessário uma produção discursiva do ruído, do estrondo, para o ensurdecimento do subalternizador. Falar não basta para nós pessoas subalternas: precisamos gritar com nossa polifonia de vozes silenciadas e asfixiadas pelo tempo.

Diante das discussões teóricas desenvolvidas no corpo textual da obra, podemos definir da seguinte maneira o conceito de lugar de fala:

- É um conceito que possui origens imprecisas e emergiu a partir de conflitos discursivos provocados pelos movimentos de ativismo e militância nas redes sociais, que passaram a reivindicar poder de enunciação discursiva e a necessidade de uma melhor localização dos grupos sociais nas hierarquias e relações de poder. Não configura uma epistemologia específica, apesar de ser uma ferramenta teórica para análise dos fenômenos sociais;

- A urgência em explicitar problemas e vulnerabilidades a partir de uma perspectiva individualista e não coletiva provocou o esvaziamento e banalização do conceito. Não se trata somente de discussões centradas nas questões relacionadas às experiências de subordinação e opressão subjetivas das pessoas, mas sim questões engendradas por experiências em comum compartilhadas entre os sujeitos. O foco do conceito se situa nas matrizes estruturais de violência e opressão que fundamentam as relações de poder e produzem vulnerabilidades e subordinações que afetam grupos inteiros;
- Um possível ponto de emergência teórica do conceito foi a *feminist stand point theory*, teoria feminista do ponto de vista que questiona e problematiza o regime de autorização discursiva e o monopólio da fala pelo poder hegemônico. Em concordância com Djamila Ribeiro (2017), acredito que existem sim convergências, porém é necessário pontuar que lugar de fala é um conceito gerado por um tipo de intelectualidade não-acadêmica, um conhecimento oriundo do pragmatismo político que tensionou a demarcação e ocupação de territórios discursivos pelos sujeitos acometidos por um regime de mudez e gagueira. O conceito de lugar de fala não pode ser pensado e aplicado sem considerar a conexão dialógica entre teoria e prática, pois possui em sua essência uma dupla funcionalidade. O desafio de Djamila no livro é fortalecer o conceito a partir da perspectiva científica;
- O discurso configura-se em uma ferramenta fundamental utilizada para as práticas políticas, e não como um simples exercício de comunicação e interação entre os sujeitos. Os atos de fala, lembrando Austin na perspectiva butleriana (BUTLER, 2015), geram efeitos de poder, normatizam e tornam inteligíveis os sujeitos, dando sentido às suas existências. Djamila prefere estabelecer diálogos com Michel Foucault (2012) que define o conceito de discurso como um sistema de estruturação do imaginário social, um dispositivo de domínio, subordinação, disciplinarização e controle;
- O conceito de lugar de fala, como ressalta Djamila Ribeiro (2017), não estabelece uma competição de quem é mais ou menos vulnerável e oprimido. Costumo dizer que os opressores caracterizam as urgências de nós pessoas subalternas como um estranho fetiche de quem é mais fudido, como se o *status quo* da subalternidade compreendesse um tipo bizarro de privilégio. A utilização do conceito revela as profundidades e densidades das desigualdades sociais compreendidas em uma estrutura complexa na qual o poder opera;
- A aplicação do conceito de lugar de fala desestabiliza o regime de autorização discursiva a partir da difusão e propagação de inúmeras vozes silenciadas historicamente, porém não caracteriza um novo regime de discurso no qual só as pessoas subalternas podem falar em um grande revanchismo verbal ou compensação pelo silenciamento. A necessidade ética e política de situar e localizar um discurso não pode ser confundida com representatividade, outro

conceito problemático que vem sendo refutado. Lugar de fala não implica representatividade política e nem impõe uma nova epistemologia de verdade, mas sim a produção de narrativas distintas que são enunciadas por sujeitos que ocupam lugares sociais diferenciados. O objetivo é que as hierarquias de poder das estruturas sociais sejam reveladas para que as desigualdades e os paradoxos sociais sejam explicitados e se tornem visíveis;

- O estabelecimento do conceito de lugar de fala enquanto novo paradigma intelectual e político provocou um ímpeto reacionário do poder discursivo hegemônico, que delimitou paradoxos para deslegitimar e inferiorizar as produções e contribuições intelectuais provenientes da subalternidade. A intelectualidade subalterna é caracterizada como uma sub-ciência, pois a hierarquização dos saberes é uma forma de dominação e violência do poder hegemônico. No campo de forças há o desencadeamento de uma disputa árdua de narrativas que vem causando a deterioração do regime de autoritarismo discursivo vigente.

Apesar de evocar citações poéticas de Sojourner Truth, Audre Lorde e Grada Kilomba, o estilo de escrita de Djamila Ribeiro possui a formalidade comum dos textos acadêmicos, apesar das tentativas de quebrar as abordagens com o didatismo e os poucos momentos nos quais se dirige diretamente ao público leitor na sua narrativa. Uma das pouquíssimas críticas que possui é exatamente em relação a tal aspecto. O texto de Djamila Ribeiro, ao menos nessa obra em específico, não revela a singularidade da subjetividade de Djamila e nem quebra com os modelos de escrita a que nós estamos acostumados a escrever nas universidades, como nos ensinam as intelectuais negras em suas escritas. É um texto científico bastante consistente e competente, porém ainda muito padronizado. O espírito da Djamila Ribeiro das palestras, conferências, vídeos do *YouTube* e redes sociais não se manifesta tanto em sua escrita, e eu queria senti-lo se manifestar com maior intensidade no decorrer da leitura.

Uma das metáforas mais fortes evocadas por Djamila Ribeiro através do pensamento de Grada Kilomba (2019) e Conceição Evaristo (2017) é a emblemática imagem de Anastácia, mulher negra escravizada no Brasil Colonial, que sadicamente foi utilizada como estampa de roupa por uma estilista branca na *São Paulo Fashion Week* no ano de 2013⁹ e replicada como “ícone fashion” por uma blogueira branca em 2018¹⁰, em uma fantasia racista para o baile de carnaval da revista *Vogue Brasil*. Mesmo asfisiada pela máscara, a fala sufocada escapa entre os pouquíssimos furos nos quais o ar é dificilmente aspirado, porém é necessário pensar de uma maneira mais profunda nas diversas estratégias de rompimento do silêncio praticadas por nossas Ancestrais. Nós temos Exu, o verbo pleno que se manifesta para além da fala em nossos corpos, quebrando a maldição do silenciamento colonial. Sempre nos comunicamos por nossa

⁹ Ver: <<https://gnt.globo.com/moda-e-beleza/noticia/desfile-adriana-degreas-no-spfw-verao-2013.ghtml>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

¹⁰ Ver: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/moda-e-beleza.blogueira-usa-look-em-homenagem-aos-escravos-em-festa-de-gala,70002175280>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

corporeidade, por nossos tambores, por nossos rituais e outros dispositivos discursivos sofisticados que compõem nossa tradição herdada, que sempre causaram confusão e vertigem ao colonizador. Temos nossas próprias linguagens e epistemes que nos inscrevem de maneira singular no mundo. Aprendemos primeiro com Exu a enunciar discursos e nunca possuímos dependência alguma das linguagens ou formas discursivas hegemônicas para codificar e inscrever nossa existência. Nossa noção ancestral do conceito de lugar de fala compreende que a palavra é carregada de força e poder, pois Exu se manifesta por ela e rompe por si só o silêncio. Exu nos liberta do que Carla Akotirene (2018) caracteriza como “dependência epistemológica”, abrindo novos caminhos através da criticidade política às matrizes coloniais da ciência hegemônica.

A máscara de Anastácia me remete a outra imagem: a obra *Gargaleira, ou Quem Falará Por Nós*¹¹, do saudoso artista plástico Sidney Amaral. Gargaleira era um dos aparatos de tortura e subjugação utilizados na escravidão colonial, carregada compulsoriamente pelos pescoços das pessoas negras escravizadas mais rebeldes e fugitivas. Seu formato insólito não só denunciava visualmente a condição social do sujeito, como também limitava os movimentos e dificultava possíveis fugas através do barulho dos ferros e pequenos sinos, acoplados em algumas versões. Na obra, Sidney carrega uma gargaleira de microfones de diversos tipos que simbolizam nossos tempos de empoderamento discursivo e difusão de nossa polifonia de falas nas plataformas midiáticas, porém compreende uma metáfora paradoxal. Ao mesmo tempo que nós somos as vozes mais legítimas para falar sobre nós mesmas, nossos discursos podem provocar também efeitos nocivos e controversos, funcionando como um novo regime de verdade e gerando falsas práticas de representatividade, como nos alerta Djamila Ribeiro (2017). A utilização antiética e manipulação irresponsável do conceito de lugar de fala pode reverberar contra o próprio sujeito enunciativo do discurso, simbolismo implícito na gargaleira de Sidney Amaral. Um exemplo comum bastante frequente nas redes sociais no período de campanha das infernais eleições presidenciais de 2018, eram pessoas negras apoiando princípios racistas do sórdido atual presidente da república, sendo contra ao sistema de cotas raciais nas universidades ou a favor do armamentismo, corroborando para o processo de consolidação do projeto necropolítico brasileiro no qual as mesmas são as principais vítimas. Sidney Amaral, assim como Djamila Ribeiro a todo momento em *O Que é Lugar de Fala?*, nos advertem que discursos podem salvar e emancipar, mas também podem oprimir e exterminar. Acredito que essa é a principal relevância do conceito e da obra de Djamila para a atual conjuntura política que nós estamos vivenciando. Tempos de guerras discursivas nas quais nossos lugares de fala se tornam trincheiras e nossos discursos as principais armas de combate.

Encruzilhadas aquáticas

¹¹ Ver: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/32399-sidney-amaral>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

Em *O Que é Interseccionalidade?*, sou marinheiro errante navegando nas águas epistêmicas de Oxum. Levanto minha âncora e permito-me uma incursão profunda, na qual Carla Akotirene conduz minha embarcação por uma complexa hidrografia de águas escuras, ora tranquilas, ora turbulentas em sua superfície. Intelectuais negras compõem a tripulação do meu barco e redirecionam o destino do meu devir-negro no mundo. A leitura da obra de estreia de Akotirene proporciona uma experiência única de arrebatamento e suspensão literária, típica das escritas de intelectuais negras que nos reposicionam diante do sublime e da redenção. O cárcere do silêncio, no qual as mulheres negras foram historicamente aprisionadas pelo terror colonial escravocrata, desaba pelas infiltrações e inundações que a obra de Akotirene provoca, além de provocar a náusea e o afogamento dos paradigmas científicos hegemônicos nos quais ainda insistimos mergulhar. Submerjo no rio da interseccionalidade e flutuo em encruzilhadas aquáticas, percebendo a profundidade e densidade teórico-metodológica sedimentada em seu leito. *O Que é Interseccionalidade?* é uma carta náutica que orienta a navegação nos rios que desaguam no oceano do pensamento das mulheres negras, além de informar sobre os perigos que a perspectiva interseccional pode implicar, mapeando principalmente as críticas que atingem o conceito com a finalidade de seu fortalecimento, legitimação e, principalmente, sua aplicação orgânica e eficaz em políticas públicas para os sujeitos vulnerabilizados, subordinados e oprimidos em suas especificidades, feridos e traumatizados pelos atropelamentos identitários no tráfego insano das diferenças. Lembrando a antiga canção, nunca fomos marinheiros solitários em nossa navegação-devir, pois as mulheres negras sempre nos acompanharam na viagem sem fim, nos ensinando a nadar nas águas do tempo e a aprender com os balanços constantes e inquietos da nossa embarcação, provocados pelo movimento da descontinuidade da história.

Os padrões científicos da intelectualidade hegemônica são subvertidos tal qual um antigo feitiço quebrado, pela escrita afrocentrada de Carla Akotirene. Demonstrando um nível de rigor e sofisticação acadêmica, a autora entrega para o público leitor um texto estruturado de maneira a exaltar o legado intelectual das mulheres negras na África e Diáspora Negra. Longe de pretensões revanchistas e impositivas de estabelecer novos padrões e formatos para a produção científica, a escrita de Akotirene é um dos inúmeros produtos do grande empreendimento político e intelectual do Feminismo Negro Brasileiro. A identificação é praticamente inevitável na leitura de *O Que é Interseccionalidade?* que, como o *abebé* de Oxum, não reflete um tipo de conhecimento narcísico e egóico tal qual o legado epistêmico euro-ocidental, mas sim um conhecimento que projeta o mundo e uma concepção ancestral (e urgentíssima) de humanidade. Talvez a erudição de Akotirene torne mais árdua a experiência da leitura para o público não-acadêmico pelas correntezas de referências e sua linguagem dourada e reluzente, apesar de, definitivamente, não ser sua real intenção. Imagino também o grande estranhamento da branquitude nos jardins suspensos da intelectualidade, que sempre se recusaram veementemente a se curvarem diante do legado intelectual das mulheres negras, sempre visto como meras águas turvas. Porém, esta é apenas uma

suposição da recepção da obra. Ressalto que *O Que é Interseccionalidade?* é a estreia intelectual de Akotirene no mercado editorial: torna-se necessário sim demarcar seu próprio espaço e provocar impacto, desafio que exige recursos intelectuais pesados e munições epistêmicas. Akotirene pulsa violentamente em quase 150 páginas, deixando pessoas leitoras ofegantes e perturbadas por suas provocações, tornando o trabalho de resenha crítica um grande desafio, o qual me atrevi executar. Nenhuma resenha crítica possui o intuito de esgotar analiticamente as obras, e se alguém possuir essa vã intenção vai se frustrar com esse livro.

O pensamento da intelectual negra estadunidense Kimberlé Crenshaw é o principal eixo no qual giram as abordagens teóricas do livro pelo fato de a mesma ter proposto a interseccionalidade enquanto ferramenta política e perspectiva epistemológica, no fim do século XX. Porém, obviamente toda sua fundamentação teórica não se limita a este referencial: Carla Akotirene procura redimensionar o conceito a partir de um imbricamento de contribuições ancestrais e atuais de mulheres negras, construindo uma genealogia crítica que nos auxilia na compreensão do fenômeno de emergência do conceito de interseccionalidade, que podemos sintetizar da seguinte forma:

- O conceito oferece uma instrumentalização teórico-metodológica para elucidação das dinâmicas de associação e interação entre sistemas múltiplos de subordinação e opressão que incidem sobre os sujeitos, gerando processos de subalternização e marginalização. Implica um campo teórico de ação tática do poder, no qual antagonismos, tensões e conflitos são gerados constantemente, caracterizado por Patricia Hill Collins (2016) como matrizes estruturais de opressão. O conceito é um instrumento para diagnóstico e tratamento holístico das vulnerabilidades e dos sofrimentos humanos, que afligem os sujeitos imersos nas hierarquias sociais;
- A interseccionalidade compreende as matrizes de opressão como categorias estruturais das relações sociais, nas quais são forjados os sistemas de privilégios, estratificações e hierarquias sociais. Estas não são autônomas, não atuam separadamente, não agem independentemente, estando sempre imbricadas e em simbiose, se entrelaçando e se reforçando dialeticamente. Raça, classe, gênero, sexualidade, geração e nacionalidade são os mais recorrentes marcadores de diferenciação e produtores de desigualdades e assimetrias de poder nas análises desenvolvidas por Akotirene no decorrer de sua obra. Outros possíveis marcadores de diferença também podem entrar em colisão, porém o signo da raça possui centralidade no funcionamento da mecânica estrutural das opressões;
- A perspectiva interseccional evidencia o fracasso do Feminismo hegemônico/*mainstream* em não contemplar politicamente as mulheres negras a partir de uma noção universalista da categoria mulher, bem como a ineficácia das políticas masculinistas e machistas do Movimento Negro, centradas na experiência existencial do homem negro e no caráter estrutural do signo da raça,

sendo este um álibi exaustivamente utilizado para omissão dos problemas de gênero racializados. O conceito critica o pensamento dualístico colonial que transforma a mulher negra no “outro do outro”, como vimos anteriormente através de Djamila Ribeiro (2017), e rompe com as oposições e análises dicotômicas dos marcadores da diferença;

- O *status* de *outsider within* proposto pela intelectual negra estadunidense Patricia Hill Collins, traduzido e aplicado por Carla Akotirene como “forasteira de dentro”, propiciou uma melhor sistematização do conceito, pois posiciona as mulheres negras em uma espécie de interdito político: mesmo que pressionadas pelos tensionamentos do Feminismo hegemônico/*mainstream* e Movimento Negro, o *status* gera efeitos de força e potência de enunciação discursiva para as mulheres negras, estabelecendo pontos de vistas e perspectivas particulares, especiais e singulares de visão da realidade, da sociedade e do mundo. Interseccionalidade implica posicionalidade, aspecto que dialoga diretamente com o conceito de lugar de fala, já discutido anteriormente. Diversos níveis de opressões e privilégios posicionam diferentemente os sujeitos nos campos de forças, determinando os graus de vulnerabilidade em determinados contextos, além de localizar os posicionamentos dos sujeitos em relação ao centro e à margem nas relações de poder, limitando ou ampliando sua agência histórica;
- O conceito de interseccionalidade possui um caráter transdisciplinar e compreende experiências de vida agenciadas e compartilhadas coletivamente por mulheres negras no decorrer da história, produzido por e prioritariamente para mulheres negras. Porém, a natureza interligada das opressões desenvolveu o princípio de solidariedade e humanidade intrínsecos ao pensamento feminista negro, oferecendo um projeto alternativo e humanista para reorganização da sociedade, promovendo estratégias de coalizão política entre a diversidade de mulheres e movimentos de ativismo e militância social, evitando os separatismos identitários;
- A perspectiva analítica da interseccionalidade é física, não matemática. Como enfatiza Carla Akotirene (2018) não se trata de capacidade de somatização ou aglutinação de opressões sobre um mesmo corpo, mas sim sobre as ações e os efeitos que a colisão das estruturas das matrizes das opressões causam sobre os sujeitos. Como costume dizer, a interseccionalidade não é uma balança para medir e comparar os níveis de abjeção dos corpos na sociedade, nos termos de Judith Butler (2015), classificando-os e estabelecendo hierarquias, constatando e determinando qual pessoa é mais privilegiada e/ou oprimida. A recorrência ao pensamento de Audre Lorde (2019) se torna indispensável: definitivamente, não existem hierarquias de opressão. Em plena concordância com Akotirene:

(...) A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam os corpos, quais posicionalidades

reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (AKOTIRENE, 2018, p. 39).

A aplicação do conceito de interseccionalidade não estabelece um paradoxo binário, maniqueísta e antagônico de pessoas oprimidas *versus* pessoas opressoras, característica paradigmática do pensamento eurocêntrico ocidental, reverberada nos marxismos e feminismos hegemônicos. Essa perspectiva conceitual me faz lembrar de uma situação pessoal na qual eu e mais dois amigos fomos assaltados em um feriado no Centro da cidade de Salvador. Estávamos saindo de uma reunião de organização de um evento de sociabilidade e afirmação política de bichas afeminadas e fomos abordados por dois jovens negros, que nos pediam algum dinheiro. Como nos recusamos a atender ao pedido por estarmos com pressa e principalmente preocupados por as ruas ficarem desérticas nos feriados e fins de semana, os mesmos jovens nos surpreenderam na subida da Avenida Sete de Setembro, sentido Praça Castro Alves, ameaçando com uma faca e roubando dois aparelhos de *smartphones*. Na ocasião coincidentemente apareceram dois policiais em motocicletas, os quais se prontificaram a nos socorrer e a fazer uma busca imediata dos infratores, tentando um possível resgate de nossos bens. No terminal de ônibus da Barroquinha, fomos constrangidos ao extremo pelo tratamento violento de rendição e apreensão dado aos jovens, brutalmente peculiar da Polícia Militar na Bahia. Interpelados por um dos policiais, impressionantemente muito educado, fomos chamados para a identificação dos jovens. Atônitos, nós não tínhamos certeza se eram mesmo os jovens que nos abordaram, principalmente pelas estratégias de execução de assaltos, como mudanças de roupas (eles costumam vestir uma roupa sobreposta a outras para não serem facilmente identificados como os assaltantes, caso sejam capturados). Afirmamos não poder saber precisamente se eram realmente os jovens que tinham nos assaltado, porém a coerção dos policiais para reconhecimento era grande. Após mais uma sessão pública de violência, um dos jovens nos acusou injustamente de tê-los abordado para fazer sexo oral, ratificado pelo outro jovem, por isso eles decidiram nos assaltar.

Sem delongas, acredito que é perceptível os efeitos da interseccionalidade só através desse relato pessoal de experiência traumática. Eu, um jovem negro, mesmo extremamente constrangido pela truculência da Polícia Militar em abordar os assaltantes, igualmente jovens e negros, possuí o mínimo de ética e sensibilidade para não acusar prontamente os jovens negros capturados, pois sei perfeitamente que em situações de constrangimento e coerção policial falsas acusações são feitas e injustiças são executadas sobre nós homens negros, sempre estereotipados como criminosos. Porém, foi no momento de terror e pânico que um dos jovens negros manipulou o fato de sermos gays em sua contra-acusação, pelo menos a partir da leitura performativa dele sobre nossos corpos, para criar uma linha de fuga estabelecida por uma mentira homofóbica. Situações como essa nos fazem refletir que a perspectiva interseccional

explicita a dinâmica circular do poder, nos termos de Michel Foucault (2004): sujeitos oprimidos não estão isentos de praticarem opressões e podem sim corroborar para a prática da violência, pois este é o principal legado pernicioso do colonialismo. Lembrando mais uma vez Frantz Fanon (1968) em *Os Condenados da Terra*, o colonizador nos ensinou uma cultura de derramamento ininterrupto de sangue que é reproduzida como uma prática de poder internamente entre os sujeitos colonizados. Os altíssimos índices de práticas de violências físicas e simbólicas contra as mulheres negras executadas pelos homens negros é um dos gravíssimos problemas sociais nos quais o conceito de interseccionalidade se torna eficaz para a promoção da justiça social. O *oxê*, machado do Imperador Xangô, possui as lâminas da justiça que cortam para ambos os lados, forjadas no fogo da interseccionalidade ancestral. Entretanto, é a nossa capacidade de também corroborar para a reprodução de violências que deve ser dilacerada de maneira implacável pelo *agadá* de Ogum.

É muito difícil eleger a abordagem mais relevante de *O Que é Interseccionalidade?*, visto a grandeza da obra em sua inteireza. Porém, as correntezas de águas que atravessam o corpo líquido do livro lavam nossas almas negras imundas de colonialismos e irriga o terreno fértil das epistemologias produzidas pelas intelectuais negras, do qual brota uma floresta densa de contribuições teórico-metodológicas às ciências. Cortando a mata fechada composta por uma densa flora de críticas à perspectiva interseccional, a denúncia de Akotirene ao extrativismo epistêmico do conceito pela branquitude intelectual atinge, tal qual o *ofá* de Oxóssi, o coração da colonialidade do conhecimento. Além das frequentes ameaças vomitadas pela ira dos paradigmas científicos hegemônicos em práticas de rejeição e tentativas de esvaziamento conceitual, o assalto teórico-metodológico da interseccionalidade é também constante por todos os lados. Em vez da adoção da gramática racial como instrumento de descolonização, a branquitude, como sempre fez na história da humanidade, se apropria do conceito e submete-o aos seus interesses e benefícios próprios, reverberando em novas vertentes de ativismo e militância feminista como o Feminismo Interseccional, uma consequência bastante preocupante do conceito. A ausência de creditação e referenciação dos fundamentos epistêmicos do conceito de interseccionalidade às mulheres negras, mais uma vez, expulsa de seus corpos e *psiques* sua racionalidade e humanidade, bloqueando o reconhecimento. Em total concordância com Carla Akotirene:

O conceito interseccionalidade está em disputa acadêmica, há saqueamento da riqueza conceitual e apropriação do território discursivo feminista negro quando trocamos a semântica feminismo negro para feminismo interseccional, retirando o paradigma afrocêntrico. A proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico (AKOTIRENE, 2018, p. 46).

Contudo, diante da encruzilhada dos discursos deposito meu ebó de palavras e saúdo aquele que reina em minha boca. Porém, é nos caminhos incertos do mar que eu sou minha própria sorte, como um deus de mim mesmo, marinheiro belíssimo em vestes brancas e dono do meu próprio destino. É nas águas atlânticas do pensamento de mulheres negras, nas quais me banho desde a infância, que me purifico, descolonizando-me a cada leitura. Que as contribuições de Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e outras inúmeras intelectuais negras, igualmente incríveis e necessárias, causem, minimamente, alagamentos no solo árido e improdutivo da ciência hegemônica.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O Que é Interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. “Falando em Línguas: Uma Carta Para as Mulheres Escritoras do Terceiro Mundo”. In: *Revista Estudos Feministas*. vol. 08, n. 01, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BIKO, Steve. *Escrevo o que Eu Quero – Uma Seleção dos Principais Textos do Líder Negro Steve Biko*. São Paulo: Ática, 1990 (Série Temas, volume 21 – Sociedade e Política).

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. “Corpos que Pesam: Sobre os Limites Discursivos do ‘Sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a Partir de Uma Perspectiva de Gênero”. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003 (Coleção Valores e Atitudes, série Valores; n. 1. Não discriminação).

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a *outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: *Revista Sociedade e Estado*. vol. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/21515>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

EVARISTO, Conceição. “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. In: *Carta Capital*. Rio de Janeiro, 13 maio de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossafala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>>. Acesso em 06 jan. 2021.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20

<2020Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

HOOKS, bell. “Intelectuais Negras”. In: *Revista Estudos Feministas*. vol. 03, n. 02, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: Ensaios e Conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *O Que é Lugar de Fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.